

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVIII nº 750
12 a 25 de junho de 2017

Tráfico afronta cúpula da Segurança do Rio
Comércio vizinho à sede da secretaria sofre arrastão por não pagar caixinha a bandidos. PÁGINA 3

Na guerra do Alemão, 10 mortos em 14 dias
Tiroteios diários aterrorizam moradores; secretário de Segurança diz que UPP 'foi uma tentativa ousada demais'

COMBATE À CRIMINALIDADE

SISTEMA FIRJAN PROPÕE CRIAÇÃO DE CINTURÃO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA INTEGRADA

ATÉ CARNE É TRANSPORTADA EM CARRO-FORTE PARA EVITAR ROUBO
Atacaram e roubaram carne em caminhão blindado. O dono contratando blindados refrigerados para tentar conter a ação. PÁGINA 3

LADRÕES COBRAM PEDÁGIO PARA NÃO ROUBAR CARGA DE EMPRESAS
Quadrilha oferece um 'seguro' para transportadoras não serem atacadas, com mercadoria. O valor começa em R\$ 20 mil. PÁGINA 3

Guerra de traficantes aterroriza o Rio

Nove ônibus e dois caminhões são incendiados

Ação policial apreende 32 fuzis

Reforço na segurança terá só 200 policiais

Joalheria deixam o shopping na mira de bandidos



Mortes em roubo de carga
O assalto a um caminhão que transportava cigarros, no Arco Metropolitano, terminou com o assassinato de dois homens que faziam a segurança.

Explosão de roubos faz preço do seguro de carros disparar
Proteção está em média 25% mais cara do que no ano passado, maior de acordo com a região. Em São Conrado...

Arsenal de guerra é apreendido no Galeão
Um arsenal de armas já feito no Rio, a polícia apreendeu ontem, no terminal de cargas do Aeroporto Internacional, 60 fuzis de guerra escondidos em aquecedores para piscinas. O arsenal chegou de Miami em contêineres...



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema **FIRJAN**



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

CASA FIRJAN É DESTAQUE NA CONFERÊNCIA RIO.FUTURO

Os impactos do processo de transformação digital e ações para fomentar a inovação no estado do Rio foram apresentadas pelo Sistema FIRJAN em participação no rio.Futuro. Gabriel Pinto, gerente de Indústria Criativa da Federação, abordou como está sendo planejada a Casa FIRJAN, espaço que será inaugurado até o final de 2017 para promover a conexão entre a indústria e o setor criativo.

“A Casa FIRJAN será um *hub* orientado para a reflexão sobre os desafios da indústria e da sociedade, disseminar competências e trabalhar a conexão com profissionais criativos. O foco é investir na valorização de um ativo do estado do Rio, que é a criatividade para inovar”, disse Gabriel, que participou de debates sobre Tecnologia e Pessoas.

A FIRJAN foi uma das patrocinadoras do rio.Futuro, conferência que reuniu mais de 55 palestrantes



Vinicius Magalhães

Gabriel Pinto palestrou na conferência rio.Futuro

de diferentes partes do mundo para discutir sobre tecnologia, *mobile*, pessoa e dados. O evento aconteceu entre 25 e 26 de maio, no Hotel Prodigy.

AÇÕES DO MAPA RELACIONADAS À INOVAÇÃO SÃO APRESENTADAS NA ALERJ



O Sistema FIRJAN apresentou as 13 ações do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025 relacionadas à inovação no Fórum de Desenvolvimento do Rio, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Segundo Carla Giordano, gerente de Inovação da Federação, a ideia é que essas propostas sejam pauta permanente no Fórum, dando diretriz para os debates.

“O mais importante agora é destacar que, mesmo em momento de crise, há a oportunidade de articulação do sistema regional de inovação para o estabelecimento de propostas e ações concretas. A FIRJAN atua como um dos catalisadores desse sistema no Rio”, afirmou Carla. A reunião aconteceu em 23 de maio.

SISTEMA FIRJAN PROMOVE ENCONTRO PARA APROXIMAR IMPORTADORES E ANVISA

Conhecer os procedimentos de licenciamento de importação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão anuente que analisa os requerimentos sob o aspecto sanitário, é essencial para quem importa produtos farmacêuticos, como medicamentos e cosméticos.

Para facilitar o cumprimento desse requisito, o Sistema FIRJAN promoveu um encontro entre importadores e a Anvisa na segunda edição da série Tira-Dúvidas de Comércio Exterior. Afonso Infurna, coordenador de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos,

Fronteiras e Recintos Alfandegados do Estado do Rio de Janeiro (CVPAF-RJ) da Anvisa, apresentou as exigências e os termos de legislação sanitária que embasam esse procedimento.

“O primeiro passo a ser dado por empresas que necessitam liberar mercadorias que precisam de anuência é protocolar uma petição na Anvisa”, explicou Infurna.

O evento, exclusivo para associados, foi realizado em 30 de maio, no Espaço de Suporte Sindical e Empresarial da Federação.

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PARTICIPA DE MISSÃO NACIONAL

Para promover a troca de conhecimentos sobre produtividade e industrialização, o Sistema FIRJAN promoveu a Missão Setorial Nacional da Construção Civil, que levou 13 sindicatos fluminenses à Fortaleza e Brasília. Na primeira etapa da missão, líderes sindicais e empresários conheceram as boas práticas de construtoras de Fortaleza no uso de tecnologias como o *lean manufacturing* e estruturas de concreto protetivo, um tipo de material mais resistente.

A iniciativa também apresentou experiências regionais de integração entre empresas, como a Cooperativa da Construção do Ceará, que reúne indústrias locais para compras coletivas de materiais e equipamentos.

Já em Brasília, o grupo participou do 89º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), maior evento do setor no país, que tratou de temas como indústria imobiliária, meio ambiente, tecnologia, obras públicas, entre outros.

“A experiência da cooperativa de compras tem uma força muito grande e dá maior poder de articulação à indústria. O Enic também foi um encontro muito produtivo e importante para fortalecer nosso *networking*”, avaliou Mauro Campos, presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário do Sul Fluminense (Sinduscon-SF). A missão aconteceu entre 23 e 27 de maio.

ECONOMIA CIRCULAR PODE AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Paulo Roberto Furio, gerente do Instituto SENAI de Tecnologia (IST) Ambiental e do Instituto SENAI de Inovação (ISI) Química Verde, apresentou os benefícios da economia circular para a indústria da construção no Seminário de Instalações Prediais (Seminp).

“A economia circular cria um ciclo contínuo de desenvolvimento que elimina a ideia de resíduos, pois os leva para o início da cadeia

como matéria-prima. Em último caso, há a opção de reciclagem também”, explicou o gerente.

O Seminp, que aconteceu em 25 de maio, no Hotel Windsor Barra da Tijuca, é organizado pelo Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado do Rio de Janeiro (Sindistal). Com estande no evento, o SENAI apresentou seus serviços e soluções para a indústria.



Guarim de Lorena

Paulo Furio palestrou do Seminp, organizado pelo Sindistal

EMPRESÁRIOS DE JOIAS VISITAM ÚNICA RESERVA DE OPALA DO BRASIL

Dezenove empresários fluminenses participaram da Missão Nacional de Joias, promovida pelo Sistema FIRJAN, a Pedro II (PI). O município possui a única reserva de gemas nobres de opala do Brasil, pedra de prestígio internacional. Além da visita às minas para conhecer o processo de extração das pedras preciosas, como a Mina da Roça, os empresários conheceram indústrias de joias e lapidação da região e participaram de uma rodada de negócios que fomentou parcerias.

“Conhecemos mais sobre essa gema e discutimos a possibilidade de utilizá-la como matéria-prima. A opala ainda é pouco usada no setor de joias, isso abre a possibilidade de criarmos produtos diferenciados”, explicou Angela Andrade, diretora executiva da AjoRio. A missão foi realizada de 17 a 21 de maio.

APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI QUE CONVALIDA INCENTIVOS FORA DO CONFAZ CRIA AMBIENTE DE SEGURANÇA JURÍDICA PARA AS EMPRESAS

A aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 54/2015 que convalida os incentivos fiscais concedidos unilateralmente pelos estados, na chamada guerra fiscal, representa um importante avanço para a segurança jurídica no país. Isso porque esses incentivos poderiam ser considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que a Constituição determina a necessidade de aprovação unânime no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Como principal benefício, a proposta prevê o perdão de dívidas tributárias que possam ter sido criadas pelas empresas com a obtenção de isenções do ICMS.

Celso Dantas, vice-presidente do Sistema FIRJAN, ressalta que a medida minimiza um cenário de incertezas que preocupava o setor privado. De acordo com ele, as empresas que usufruem dos incentivos concedidos fora do Confaz poderiam arcar com grandes custos, caso esses benefícios fossem automaticamente anulados no Supremo.

“Com essa medida, cria-se um ambiente de maior tranquilidade e segurança jurídica. O incentivo fiscal não é uma questão simples. Trata-se de uma política que pretende criar um equilíbrio econômico entre os estados, por meio da maior competitividade entre eles”, disse Dantas, que também preside o Sindicato da Indústria de Produtos Cosméticos e Higiene Pessoal do Estado do Rio de Janeiro (Sipaterj).

REGRAS DE TRANSIÇÃO

O PLP estabelece regras de transição para os incentivos inconstitucionais



Divulgação/Câmara dos Deputados

Antes da votação, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, recebeu carta em que o Sistema FIRJAN detalhou os benefícios da aprovação do PLP 54 para o setor produtivo

“O incentivo fiscal não é uma questão simples. Trata-se de uma política que pretende criar um equilíbrio econômico entre os estados”

Celso Dantas

Vice-presidente do Sistema FIRJAN e presidente do Sipaterj

dados até a data da sua sanção. Para isso, os estados deverão publicar no Diário Oficial todas as isenções fiscais concedidas unilateralmente nos últimos anos, além de protocolá-las no Confaz. Cumpridos esses requisitos, os incentivos poderão ser mantidos e prorrogados pelos próximos 15 anos, no caso do setor industrial.

Em outros segmentos econômicos, esse período irá variar de 12 meses a oito anos. O texto final aprovado na Câmara também exclui, para a indústria e a agroindústria, a regra de reduzir progressivamente os benefícios fiscais até o último ano da transição.

“Esse aspecto do PLP é de grande relevância, porque permite que os incentivos sejam mantidos de forma integral pelos próximos 15 anos. O texto final apresentou, portanto, avanços em relação à proposta original”, disse Sandro Machado dos Reis, consultor Jurídico Tributário do Sistema FIRJAN.

Outra importante medida trazida no PLP é o fim da exigência de unanimidade entre os 26 entes federados e o Distrito Federal para aprovação de incentivos no Confaz. O projeto determina que o quórum mínimo deve ser de pelo menos dois terços dos estados, sendo necessária a concordância de um terço dentro de cada região do país.

GUERRA FISCAL

Segundo Reis, o PLP representa um primeiro passo para o fim da guerra fiscal. Ele alerta que, com a medida, os estados que concederem incentivos sem anuência do Confaz estarão em condições jurídicas frágeis. "Os estados, em tese, podem até desprezar a regra agora criada e seguir editando benefícios fora do Conselho fazendário, mas eles serão mais facilmente derrubados, tendo vida curta", advertiu.

Sergio Duarte, vice-presidente da FIRJAN, ressalta que o PLP torna imprescindível a discussão sobre o sistema tributário brasileiro.

De acordo com o empresário, a política de incentivos não pode ser suspensão, pois é um mecanismo

primordial para a promoção da competitividade das empresas.

"Temos um cenário em que 47% da produção industrial se destinam ao pagamento de impostos. É o setor econômico mais tributado. O incentivo não existe para dar benesses às empresas, mas para trazer condições mais competitivas, pois sofremos concorrência não só de outros estados, mas também de outros países", afirmou Duarte, que também é presidente da Vitalis-Chinezinho e do Sindicato das Indústrias de Alimentos do Município do Rio de Janeiro (Siarj).

DEFESA DE INTERESSES

Atuando em favor do setor produtivo, o Sistema FIRJAN

defendeu a aprovação do projeto e promoveu amplas discussões sobre o tema no Conselho Empresarial de Assuntos Tributários. Em encontro com Rodrigo Maia (DEM/RJ), presidente da Câmara dos Deputados, a Federação alertou quanto à importância do PLP, no sentido de trazer segurança jurídica para as empresas, e entregou uma carta detalhando os benefícios da proposta legislativa.

O PLP nº 54/2015, aprovado na Câmara em 31 de maio, retornará para o Senado Federal em função das alterações realizadas no texto. Após a conclusão da votação no Congresso, o projeto seguirá para sanção do presidente da República.

O QUE MUDA COM O PLP 54

CONVÊNIO DO CONFAZ

PODEM SER APROVADOS COM VOTO FAVORÁVEL DE DOIS TERÇOS DOS ENTES FEDERADOS, E UM TERÇO DOS ESTADOS DE CADA REGIÃO.

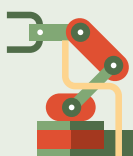


Fonte: PLP 54

A PRORROGAÇÃO SE DARÁ POR:

ATÉ
15 ANOS

NO CASO DE INCENTIVOS PARA AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL, INCLUSIVE AGROINDUSTRIAL, E PARA INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA, AQUAVIÁRIA, FERROVIÁRIA, PORTUÁRIA, AEROPORTUÁRIA E DE TRANSPORTE URBANO.



ATÉ
8 ANOS

PARA OS INCENTIVOS À MANUTENÇÃO OU AO INCREMENTO DAS ATIVIDADES PORTUÁRIA E AEROPORTUÁRIA VINCULADAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL, INCLUÍDA A OPERAÇÃO SUBSEQUENTE À DA IMPORTAÇÃO, PRATICADA PELO CONTRIBUINTE IMPORTADOR.



ATÉ
5 ANOS

PARA OS INCENTIVOS À MANUTENÇÃO OU AO INCREMENTO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS, DESDE QUE O BENEFICIÁRIO SEJA O REAL REMETENTE DA MERCADORIA.



ATÉ
3 ANOS

PARA INCENTIVOS RELATIVOS A OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS COM PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E EXTRATIVOS VEGETAIS *IN NATURA*.



ATÉ
1 ANO

NOS DEMAIS CASOS.

FIRJAN PROPÕE IMPLANTAÇÃO DE CINTURÃO DE SEGURANÇA EM ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA COMBATER CRIMINALIDADE NO ESTADO

Elemento primordial para um ambiente de negócios forte e competitivo, a segurança pública enfrenta grandes desafios no estado do Rio. As crises econômica e fiscal reduziram os investimentos em policiamento e investigação, fragilizando as ações de combate à criminalidade e contribuindo para o aumento da violência. Esse processo tem causado perda de investimentos, fechamento de estabelecimentos e aumento do desemprego.

O roubo de cargas, por exemplo, é um dos crimes que tem crescido aproveitando a fragilidade das forças de segurança, seja nas ações de policiamento ostensivo seja na proteção das fronteiras estaduais. Estudos do Sistema FIRJAN apontam que o estado concentra 43,7% de todas as ocorrências dessa modalidade criminoso no país. Contudo, outros indicadores de criminalidade avançam, como os crimes contra a vida e contra

o patrimônio. No ano passado, um crime foi registrado a cada 39 segundos, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública.

CINTURÃO DE SEGURANÇA

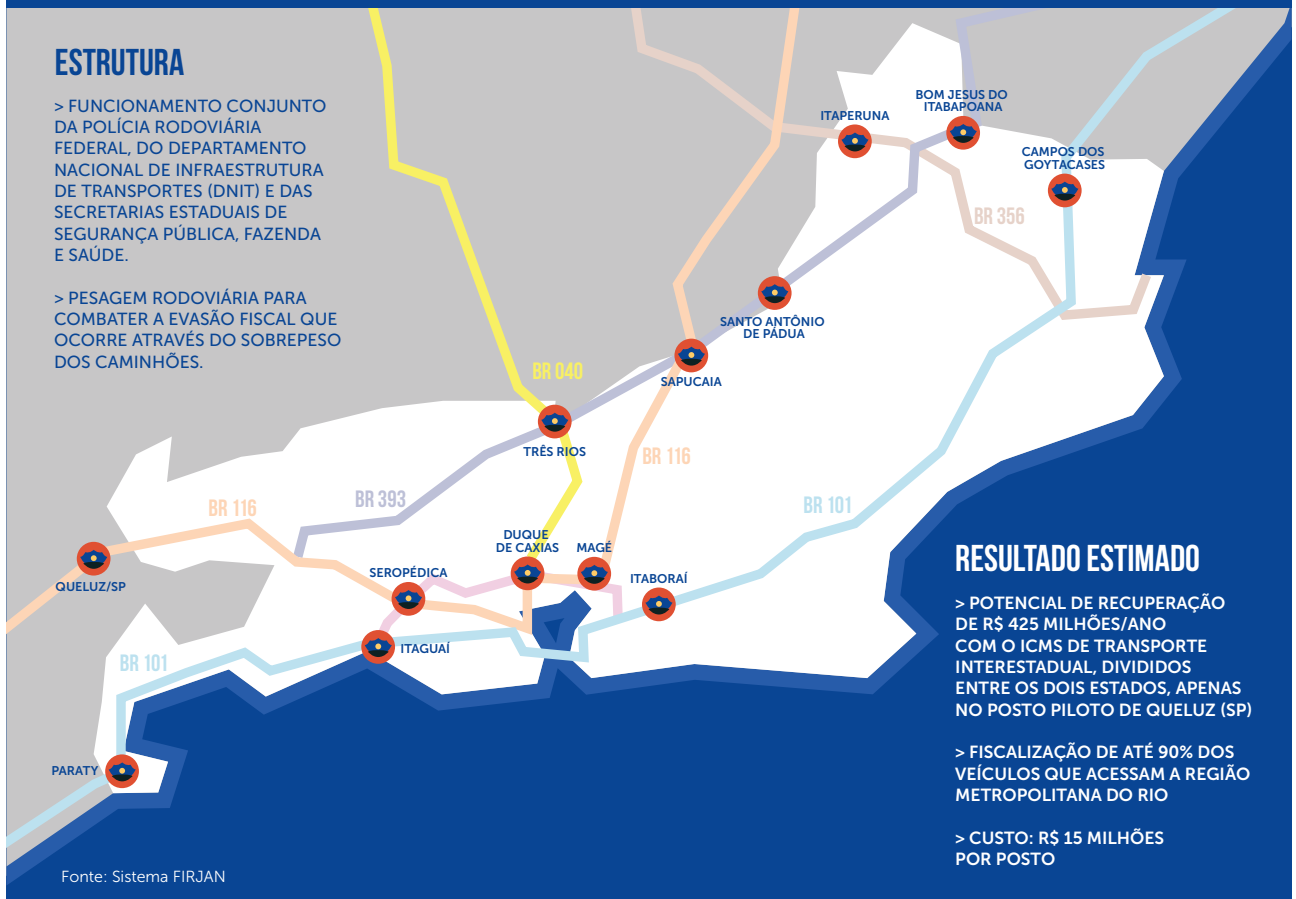
Para combater o avanço da criminalidade, a FIRJAN propõe a adoção de medidas estruturais, como a implantação de um Cinturão de Segurança Rodoviária Integrada. Esse sistema seria composto por postos de fiscalização conjunta

PROPOSTA DA FIRJAN PARA O CINTURÃO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA INTEGRADA NO ESTADO DO RIO - LOCALIZAÇÃO DOS 13 POSTOS INTEGRADOS

ESTRUTURA

> FUNCIONAMENTO CONJUNTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT) E DAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA, FAZENDA E SAÚDE.

> PESAGEM RODOVIÁRIA PARA COMBATER A EVASÃO FISCAL QUE OCORRE ATRAVÉS DO SOBREPESO DOS CAMINHÕES.



RESULTADO ESTIMADO

> POTENCIAL DE RECUPERAÇÃO DE R\$ 425 MILHÕES/ANO COM O ICMS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL, DIVIDIDOS ENTRE OS DOIS ESTADOS, APENAS NO POSTO PILOTO DE QUELUZ (SP)

> FISCALIZAÇÃO DE ATÉ 90% DOS VEÍCULOS QUE ACESSAM A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO

> CUSTO: R\$ 15 MILHÕES POR POSTO

Fonte: Sistema FIRJAN

de órgãos estaduais e federais, distribuídos em pontos estratégicos das rodovias e portos no estado.

Os postos teriam um Centro Integrado de Comando e Controle, com acesso a imagens cedidas pelas concessionárias das rodovias e scanners para fiscalizar as cargas dos caminhões. O Cinturão permitiria uma atuação conjunta da Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e das secretarias estaduais de Segurança Pública, Fazenda e Saúde, sendo estas duas últimas responsáveis por criar barreiras fiscais e sanitárias na entrada e saída de cargas.

No projeto proposto pela Federação, além dos postos localizados nas fronteiras do estado, haveria outros nas áreas de acesso à Região Metropolitana. Segundo cálculos da FIRJAN, esse sistema permitiria fiscalizar até 90% das cargas de longa distância que trafegam no estado.

Carlos Erane de Aguiar, presidente do Conselho Empresarial de Defesa e Segurança da FIRJAN, pontua que o Cinturão poderia, ainda, combater o problema de circulação de caminhões com sobrepeso. "Isso causa um impacto grande às estradas. Hoje o Brasil gasta 2% do PIB com recuperação de pavimento de rodovias. Mas o grande ganho desses postos está no enfrentamento do crime. O roubo de cargas está atingindo patamares impressionantes, e não temos outra saída a não ser integrar nossas forças de segurança em um sistema de inteligência", disse o empresário, que também é presidente da Condor Tecnologias Não Letais.

PROJETO PILOTO

Para a criação do Cinturão, a FIRJAN defende a implantação de um posto na Rodovia Presidente Dutra, no

CRIMINALIDADE NO ESTADO DO RIO

QUEDA DE
54,6%
DAS DESPESAS
COM
POLICIAMENTO



QUEDA DE
45,7%
DOS GASTOS
COM
INVESTIGAÇÃO
E INTELIGÊNCIA



CRIMES EM 2016
811.854
OCORRÊNCIAS,
MÉDIA DE
1 REGISTRO A CADA
39 SEGUNDOS



Fonte: SSP e PRF

DÉFICIT DE
28,3%

NO QUADRO DA
POLÍCIA RODOVIÁRIA
FEDERAL EM RELAÇÃO
AO INÍCIO DA DÉCADA
DE 2000

NÚMERO DE POLICIAIS
RODOVIÁRIOS

HÁ 20 ANOS ATUALMENTE
1.200 740



município de Queluz, em São Paulo, próximo à divisa com o estado do Rio. O local é estratégico, uma vez que a rodovia faz a ligação entre as duas principais economias do país e concentra os maiores índices de ações do crime organizado e de contrabando. Um dos impactos desse posto seria, por exemplo, com a recuperação de apenas 20% do ICMS de transporte interestadual sonogado através de sobrepeso, um ganho anual de arrecadação de R\$ 170 milhões para o governo fluminense.

Riley Rodrigues, gerente de Estudos de Infraestrutura da Federação, ressalta que cada unidade do Cinturão demandaria investimento

de R\$ 15 milhões. Segundo ele, esse aporte é justificado pelo ganho que vai ser gerado com o funcionamento do posto.

"Além de coibir sonegação do transporte intermunicipal, haveria benefícios no combate ao roubo de cargas, ao tráfico de drogas, à pirataria, além da redução de danos aos pavimentos das rodovias pelo sobrepeso de caminhões", disse.

A nota técnica "Avanço da criminalidade no estado do Rio de Janeiro: retrato e propostas para a segurança pública" foi entregue ao Ministério da Justiça, em 17 de maio. Saiba mais em www.firjan.com.br/publicacoes.

A segurança pública é um fator crucial para um ambiente de negócios forte e atraente aos investimentos. Em entrevista à Carta da Indústria, **Roberto Sá**, secretário estadual de Segurança Pública, detalha as ações que estão sendo desenvolvidas no combate aos principais desafios enfrentados nessa área no estado do Rio. Ele cita as estratégias para reduzir a incidência de crimes que afetam diretamente as empresas, como o roubo de cargas.



Divulgação/SeSeg

O DESAFIO DA **SEGURANÇA NO ESTADO DO RIO**

CARTA DA INDÚSTRIA – Quais os principais desafios a serem enfrentados pela segurança pública fluminense atualmente?

ROBERTO SÁ – Uma política de segurança não se sustenta sozinha. Este vem sendo nosso principal desafio nos últimos anos. Somente com o fortalecimento da educação, ações sociais e empregos conseguiremos resgatar o Rio que desejamos. Além disso, todo o sistema de justiça criminal precisa ser revisto, com o engajamento dos três níveis de governo e imposição de ajustes necessários na legislação penal, que permitirão maior efetividade na aplicação da lei. A crise de segurança pública é um problema nacional e deve ser enfrentada com um plano conjunto e articulado, em uma ação de Estado e não de governo.

CI – Quais iniciativas a Secretaria pretende adotar para fortalecer a segurança do estado do Rio?

RS – Mesmo em um cenário econômico antagônico, avançamos em algumas iniciativas que não demandam novos investimentos. Alguns dos exemplos são a ferramenta tecnológica, recém-implantada pelo Instituto de Segurança Pública, de suporte à análise criminal, e a instalação de uma delegacia especializada para armas, munições e explosivos. Também destacamos a criação da Comissão Permanente de Avaliação e Deliberação do Programa de Polícia Pacificadora, que tem como objetivo o fortalecimento da política de pacificação, e a revisão do nosso plano estratégico com uma série de ações em andamento até 2018.

CI – Estudo da FIRJAN aponta que, em 2016, os roubos de cargas no estado geraram custos de R\$ 619 milhões. Como a Secretaria de Segurança tem atuado para combater esse crime?

RS – Com o apoio da Força Nacional e da Polícia Rodoviária Federal, além das polícias civil e militar, estamos estabelecendo uma estratégia qualificada de prevenção e repressão a esta modalidade criminosa, que têm impactado negativamente o setor. Um grupo de coordenação ficará sediado no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), ampliando o controle de roubos de cargas no estado. Nas últimas semanas, inúmeras ações das forças de segurança têm conseguido, com êxito, impedir ações e prender quadrilhas especializadas em toda Região Metropolitana.

CI – Quais serão as ações do governo para tentar conter essa onda de criminalidade que o estado vem enfrentando recentemente?

RS – Podemos ressaltar o resgate do Gabinete de Gestão Integrada Estadual, que deverá articular de forma mais efetiva e inteligente as forças de segurança pública dos três níveis de governo, e que conta com apoio do governo federal. Caso ocorra aporte de recursos financeiros e reestabelecimento do Regime Adicional de Serviço (RAS), podemos colocar cerca de dois mil policiais a mais nas ruas por dia a um custo aproximado de R\$ 8 milhões, além de fortalecer as reuniões de análise criminal e proposição de ações integradas.

EMPRESAS TERÃO MAIS FACILIDADE PARA QUITAR DÉBITOS COM NOVO PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DO GOVERNO

Por meio da publicação da Medida Provisória (MP) nº 783, o governo federal criou o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), que contempla condições facilitadas para as empresas quitarem débitos com a União. A medida substitui a MP nº 766, que tratava do mesmo tema, mas teve o prazo para votação na Câmara dos Deputados expirado.

De acordo com Sandro Machado dos Reis, consultor Jurídico Tributário do Sistema FIRJAN, a principal vantagem do novo programa é a possibilidade de abatimento de juros e multas, o que não estava previsto anteriormente.

“A MP nº 766 não estava a altura do problema econômico e fiscal das empresas, pois não incluía nenhuma redução da dívida, em nenhum percentual. Depois de sugestões do setor privado, incluindo a FIRJAN, e de negociações entre parlamentares e o governo, foi elaborada uma nova medida, que traz algumas vantagens adicionais que beneficiam as empresas”, afirmou.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O PERT contempla desconto em juros e multas para os pagamentos com entrada mínima de 20% para os débitos acima de R\$15 milhões, ou de 7,5%, para os que estão abaixo desse valor. Já para os acordos sem entrada, o programa prevê parcelamento da dívida em até 120 vezes, sem reduções.

Estão abrangidos os débitos tributários e não tributários vencidos até 30 de abril de 2017, data de abrangência superior ao do programa anterior, que só permitia a inclusão de dívidas contraídas até 30 de novembro de 2016. Podem aderir ao PERT as pessoas físicas e jurídicas, incluindo as que se encontram em processo de recuperação judicial. Para isso, é necessário que estejam em dia com as obrigações junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Diferentemente do que previa a MP nº 766, as empresas poderão indicar quais dívidas desejam inscrever no PERT. A mudança representa um avanço significativo para o setor privado, pois permite que contribuintes com débitos contestados judicialmente possam excluí-los do programa.

“Essa medida vem ao encontro de duas questões importantes, que é a possibilidade de as empresas reduzirem suas dívidas, e o consequente aumento da arrecadação do governo. O setor produtivo está passando por um momento muito difícil, e é necessário que se crie condições de as indústrias manterem suas atividades, gerando emprego e renda no país, com competitividade”, disse Roberto Leverone, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Baixada Fluminense II.

A MP nº 783 foi publicada em 31 de maio e tem efeitos imediatos. Para se tornar lei, deve ser votada no Congresso Nacional em até 120 dias.

QUITAÇÃO DE DÉBITOS COM A RECEITA FEDERAL

MODALIDADE	FORMA DE PAGAMENTO
Liquidação com créditos	Pagamento, em dinheiro, de 20% (mínimo) da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas (ago/dez). O restante (80%) poderá ser pago com créditos de prejuízo fiscal ou com outros créditos tributários.
Parcelamento em até 120 prestações	Primeiras 12 parcelas: 0,4% sobre o valor do débito Da 13ª até 24ª parcela: 0,5% Da 25ª até 36ª: 0,6% O restante em até 84 prestações
Entrada à vista e restante com desconto	Pagamento, em dinheiro, de 20% (mínimo), sem reduções, em cinco parcelas (ago/dez). O restante poderá ser pago, a partir de janeiro de 2018, em parcela única ou dividido em 145 ou até 175 parcelas, com desconto dos juros e da multa variável conforme o número de parcelas. Para os débitos até R\$ 15 milhões, a entrada cairá para 7,5% e caberá o aproveitamento de créditos fiscais para quitar o saldo remanescente.

Fonte: MP 783

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. **1º Vice-presidente:** Carlos Mariani Bittencourt. **2º Vice-presidente:** Carlos Fernando Gross. CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do Sistema FIRJAN. Prêmio Aberje Brasil 1999-2000. Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001. **Gerência Geral de Comunicação e Marketing:** Daniela Teixeira, Juliane Oliveira e Lorena Storani (jornalista responsável, MTB 2440 JP). **Editada pela Insight Comunicação.** **Editor Geral:** Coriolano Gatto. **Editora Executiva:** Kelly Nascimento. **Redação:** Laís Napoli e Nathalia Curvelo. **Revisão:** Geraldo Pereira. **Fotografia:** Fabiano Veneza. **Projeto Gráfico:** DPZ. **Design e Diagramação:** Paula Barrenne. **Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva. **Impressão:** Imos Gráfica e Editora.

SISTEMA FIRJAN - Avenida Graça Aranha 1 • CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro • Tel.: (21) 2563-4455 • www.firjan.com.br

CROWDFUNDING É NOVA OPÇÃO PARA EMPRESAS CAPTAREM RECURSOS

Em momentos de crise, o financiamento coletivo – ou *crowdfunding* – pode ser a saída para inovar e alavancar projetos. A modalidade mobiliza grupos para apoiarem o desenvolvimento de serviços ou produtos nos quais têm interesse. Por meio de plataformas digitais, é possível hospedar essas ideias e tentar alcançar uma meta de investimento dentro de um determinado prazo.

Há quatro tipos de *crowdfunding*. A doação permite que o realizador receba dinheiro dos seus apoiadores sem dar nada em troca. A recompensa pressupõe a oferta de um retorno não financeiro, um produto final, para quem apoia. Já o *equity* faz abertura de capitais e oferece participação na empresa. Outro formato é o empréstimo, em que os apoiadores recebem de volta o valor da doação com juros mais baixos que os do mercado.

“Dentro desses quatro tipos, é possível optar por duas modalidades, a de tudo ou nada ou a flexível. Na primeira, o recurso só é revertido se a meta for atingida dentro do

prazo, devolvendo o dinheiro para os apoiadores caso a meta não seja alcançada. No segundo, o dinheiro é arrecadado atingindo ou não a meta”, explica Felipe Caruso, consultor e editor do site Crowdfunding Brasil.

Caruso destaca como benefício a possibilidade de receber avaliações da comunidade formada nessas plataformas, abrindo a oportunidade para o aperfeiçoamento do produto sem ter que realizar um grande investimento. “Além do risco reduzido, há também a vantagem da independência, da ausência de burocracias e da aproximação com o público”, ressalta.

DIFUSÃO DO MODELO

No Brasil, o *crowdfunding* ainda atinge um mercado relativamente pequeno. Em 2016, foram 28 mil campanhas lançadas – 90% delas de até R\$ 30 mil. Do total, cinco mil conseguiram captar suas metas, movimentando em torno de R\$ 80 milhões. Atualmente, o modelo supre uma lacuna de financiamento para pequenos e médios projetos que não têm acesso a editais ou concessão de empréstimos bancários; uma

boa oportunidade para a indústria prototipar produtos.

Sabendo disso, o Sistema FIRJAN realizou a Oficina SENAI de Financiamento Coletivo, em que foram selecionados alguns projetos provenientes do antigo Edital SENAI SESI de Inovação (atual Edital de Inovação para a Indústria) dos últimos três anos, que já tinham certo nível de maturidade.

A Oficina encontra-se em fase de consultoria individual para reformulação e readequação dos projetos a partir das lições aprendidas nas aulas com Felipe Caruso e Téo Benjamin, também consultor do tema. “As empresas e os profissionais que participaram da Oficina adaptaram seus projetos baseados no conteúdo que aprenderam, incluindo desde o mapeamento de redes a contrapartidas, plataformas e valor de contribuição”, explica Thamilla Talarico, especialista em Desenvolvimento Setorial da Federação.

Um dos projetos que está sendo desenvolvido é o de um polímero

PROJETOS SELECIONADOS



PROJETO NUCLEÁRIO

Utiliza materiais biodegradáveis para aumentar a eficiência e baratear os projetos de reflorestamento, pois substitui a manutenção pós-plantio das mudas.



CLEVER CAPS

Produção de Clever Caps, tampa de duas vidas, que funciona como um sistema de fechamento ou um módulo de montagem que se encaixa em outros disponíveis no mercado.



JUCAÍ EXPORTAÇÃO

Projeto para desenvolver uma tecnologia de processamento que permita a exportação do juçaí, feito a partir do fruto da palmeira juçaí.



Renata Meilo

Vanessa Wagner, da Zóia Brasil: projeto para desenvolver polímero a partir da borra de café

a partir da borra de café, para emprego em objetos de design, da Zóia Brasil. “A ideia da campanha surgiu durante a Oficina, ao termos contato com esse modelo de financiamento. Percebemos uma oportunidade de engajar a sociedade no tema sustentabilidade e ainda aprimorar a pesquisa em cima da reciclagem da borra de café”, diz Vanessa Wagner, sócia da empresa. Com lançamento previsto para o segundo semestre, Vanessa

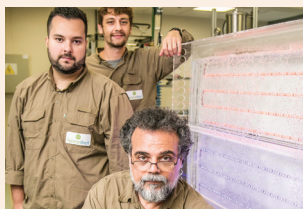
está confiante com os resultados: “Mesmo que não seja bem-sucedido na primeira tentativa, terei adquirido aprendizado, principalmente nas possibilidades do meu produto no mercado, podendo redesenhar o projeto ou até mesmo o modelo de negócio”.

O *crowdfunding* foi debatido durante a primeira edição do COLA, evento de conteúdo realizado em 30 de maio, na sede da FIRJAN.



FABRICAÇÃO DE TINTAS ORGÂNICAS PARA DESCONTAMINAÇÃO DE RESÍDUOS DA INDÚSTRIA

O objetivo é a criação de um laboratório que viabilize a produção, pesquisa e desenvolvimento de tintas.



SCAP I – SISTEMA DE CULTIVO DE ALTA PRODUTIVIDADE

A Plankton desenvolve um sistema de cultivo de microalgas que reutiliza resíduos gerados na produção de pisciculturas.

SISTEMA DE VIRTUALIZAÇÃO DE TREINAMENTOS

Desenvolvimento do primeiro laboratório virtual do mundo para treinamento em manutenção de veículos robóticos controlados remotamente (ROV) e equipamentos submarinos.

SEED RAIN - DRONES NA RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA

Startup que tem como proposta restaurar áreas desmatadas utilizando drones para fazer o lançamento de cápsulas de sementes no solo.

POLÍMERO DE BORRA DE CAFÉ PARA EMPREGO EM OBJETOS DE DESIGN

Projeto para fazer o aproveitamento total do conteúdo das cápsulas de café, para ser usado em produtos de design.

SEAROMBOX

É uma caixa compacta que coleta e trata resíduos. O objetivo é encontrar apoiadores para financiar 40 bacias sanitárias para tratar e reutilizar o esgotamento sanitário.

PROJETO KOIOS 3D

Desenvolvimento de tecnologias para impressão 3D, com objetivo de torná-las acessíveis em termos de usabilidade para diversos setores e diminuindo custos.

QUEIJOS E IOGURTES DE LEITE DE CASTANHA DE CAJU

Fabricação de um novo tipo de queijo e iogurte, a partir do leite fermentado da castanha de caju.

LIMINAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE PROIBIA CONCESSÃO DE INCENTIVOS É REVOGADA NA JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) revogou, em decisão unânime, a liminar da Ação Civil Pública apresentada pelo Ministério Público Estadual (MP) que proibia a concessão, prorrogação e renovação de incentivos fiscais no estado do Rio. O parecer favorável ao setor produtivo fluminense teve como justificativa o fato de que o processo ainda não possui elementos técnicos consistentes que justifiquem a suspensão da política de incentivos.

De acordo com Priscila Sakalem, coordenadora Jurídica, Tributária e Fiscal do Sistema FIRJAN, o TJ-RJ entendeu que a suspensão prematura dessa política pode causar fuga de empresas para outros estados e esvaziamento econômico, aprofundando a crise que afeta a economia fluminense.

A FIRJAN atuou em defesa da indústria no processo do MP. Na condição de *amicus curiae* desde 10

de maio, a Federação apresentou, para subsidiar a decisão da Justiça, estudos e informações que comprovam os benefícios dos incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico do estado do Rio.

“Os dados que fornecemos foram utilizados no julgamento para embasar a argumentação da Procuradoria-Geral do Estado e sensibilizaram os julgadores. Comprovamos os efeitos positivos dos incentivos – a geração de empregos e o incremento da arrecadação de ICMS no Rio de Janeiro, por exemplo”, disse Priscila.

Segundo levantamento da FIRJAN, os incentivos fiscais atraíram mais de 230 indústrias para o interior do estado, gerando mais de 100 mil postos de trabalho nos últimos seis anos. A suspensão da política ameaça a atração de R\$ 42 bilhões em

investimentos previstos para os próximos dois anos.

Sergei da Cunha Lima, presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Tributários do Sistema FIRJAN, afirma que a decisão do Tribunal representa um avanço para o ambiente de negócios fluminense. “Temos a consciência de que os incentivos são importantes para estado do Rio, principalmente nesse momento de crise. Não podemos nos isolar, porque outros estados continuam praticando esse tipo de política. Em um sistema competitivo, no qual os governos lançam mão de isenções fiscais para atrair investimentos, ficamos em situação de desvantagem se não pudermos fazer o mesmo”, afirmou o empresário.

O Sistema FIRJAN continuará atuando pela manutenção dos incentivos fiscais no estado do Rio. Atualmente, a Lei nº 7.495/2016, em vigor desde dezembro de 2016, proíbe que o Poder Executivo conceda, amplie ou renove incentivos fiscais por decreto pelo período de dois anos.

Também tramitam na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), propostas que afetam essa política, como o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 14/2016, que prevê a suspensão dos incentivos concedidos após junho de 2016, quando o governo estadual decretou estado de calamidade pública.

A decisão do TJ-RJ passará a valer a partir da publicação no Diário Oficial, ainda sem prazo definido. O julgamento aconteceu em 31 de maio.



O debate “O Rio Precisa de Incentivo”, realizado em dezembro último, foi uma das ações promovidas pela FIRJAN para defender a manutenção desta política